



Da extensão à emancipação: um recorte a partir da prática de jovens camponeses na Paraíba

Luana Patrícia Costa Silva¹, Alexandre Eduardo de Araújo², Albertina Maria Ribeiro Brito de Araújo³, Severino Bezerra da Silva⁴ e Luana Fernandes Melo⁵.

¹Licenciada em Ciências Agrárias pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestra em Ciências Agrárias (Agroecologia) pelo programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias (Agroecologia) (PPGCAG/UFPB). E-mail: luana_gca@hotmail.com; ²Docente do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias da Universidade Federal da Paraíba (CCHSA/UFPB). E-mail: alexandreduardodearaujo@hotmail.com; ³Bacharel em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mestra e doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPB). Docente do Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias da Universidade Federal da Paraíba (CCHSA/UFPB). E-mail: albertinari@hotmail.com; ⁴Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003) e Professor Associado III da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: severinobsilva@uol.com.br; ⁵Bacharel em Agroecologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: luanaagroecologia@hotmail.com.

Resumo: O objetivo deste ensaio é apontar algumas veredas que foram construídas a partir do Residência Agrária-PB à medida que esboçamos algumas experiências, construções e desafios que constituíram este espaço. Por meio da abordagem participante, dialogaremos como curso “Juventude Rural: fortalecendo a inclusão produtiva na Zona da Mata e Brejo paraibano”, sujeitos e territórios. Assim apresentaremos duas experiências: uma no trabalho com horta envolvendo crianças e jovens e outra a partir da lógica da convivência com o semiárido. Percebemos nas ações desenvolvidas um motor de mobilização, que se desdobram em processos de transformação e na consolidação de práticas autônomas, essas que propiciam o entendimento do território camponês e constroem um diálogo de saberes na lógica da convivência com o semiárido e com a agroecologia. Assim, o curso e seus espaços interagem dilatando-se para os cotidianos, através das práticas, promovendo transformações significativas nos territórios locais.

Palavras-chave: Residência Agrária Jovem; Território; Pedagogia da alternância.

1. Introdução



Os diálogos realizados neste ensaio partem da experiência do curso de extensão “Juventude Rural: fortalecendo a inclusão produtiva na Zona da Mata e brejo paraibano”¹ que teve início no ano de 2015 e atendeu neste primeiro ano trinta e quatro jovens oriundos da agricultura Familiar, de assentamentos, acampamentos e de comunidades tradicionais. O projeto abrangeu os municípios da região da Zona da Mata, Brejo e Borborema na Paraíba e foi realizado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em parceria com a Via Campesina e a Assessoria de Serviços e Projetos em Agriculturas Alternativas (AS-PTA). Contou ainda com uma equipe de coordenação e formação, que articulou educadores da UFPB, técnicos da assistência técnica, educadores dos movimentos sociais e agricultores familiares.

A partir do contexto do curso iremos pautar as principais impressões a partir de sobre algumas experiências exitosas, que vão desde a base pedagógica até a prática dos educandos e dos educadores. Os trabalhos com juventude se configuram como uma necessidade, visto a incipiência destes, principalmente no que tange a juventude camponesa. Assim, devem ser construídas bases desde a concepção teórica até a prática. É dentro desta lógica que o curso nasce e se constitui, visto emergir da necessidade que se esboça na prática de vários educadores ao vislumbrar os espaços camponeses.

Uma das inquietações que permeou a criação e efetividade do curso foi a de promover o permanente diálogo com as dinâmicas e sujeitos locais dos distintos territórios da Paraíba, e que esses sujeitos se identificassem enquanto parte destes territórios, em meio a experiências, vivências e práticas inerentes e em simbiose com os princípios presentes na espinha dorsal do Programa Residência Agrária Jovem². Neste sentido, foi pensada toda a organicidade - metodológica e pedagógica -, os territórios e os sujeitos que constituiriam o processo.

¹ O edital contempla a Chamada MCTI/MDA-INCRA/CNPQ N° 19/2014 - Fortalecimento da Juventude Rural - e possui vigência de 24 meses (2015/ 2016). A proposta aponta enquanto principal meta “capacitar 60 jovens oriundos de comunidades rurais e assentamentos da reforma agrária como agentes de desenvolvimento rural sustentável, usuários de políticas públicas para Agricultura Familiar e multiplicadores de práticas agroecológicas”.

² Os princípios da formação do Programa Residência Agrária Jovem se pautam no diálogo permanente com a Agroecologia, a Educação Popular e os Movimentos Sociais do Campo.



É diante deste contexto que o objetivo deste ensaio é apontar algumas veredas que foram construídas a partir do Residência Agrária Jovem à medida que buscamos esboçar algumas experiências, construções e desafios que constituíram este espaço, por meio da ação de educadores e educadoras, educandos e educandas, camponeses e camponesas.

2. Dinâmicas, sujeitos e caminhos do processo

Em termos metodológicos consideramos que partimos de uma abordagem qualitativa, que se efetiva por meio da pesquisa participante. Refletimos em torno das concepções de Moretti e Adams (2011) junto a problemática instituída por pesquisas tradicionalistas que se firmaram no estudo das classes populares. De antemão precisamos interpretar que os métodos científicos positivistas migraram de forma sistemática para as ciências sociais, à medida que transpôs para seu meio a forma “tosca” de fazer ciência e de produzir conhecimento científico. Tosca no sentido real da palavra, grosseira, que a medida que fragmenta e neutraliza o processo de pesquisa acredita que o conhecimento tem mais valor, entretanto perdem a ideia do todo em detrimento da interpretação das partes.

Como os mesmos autores enfatizam, a pesquisa participante não se configura apenas enquanto metodologia de pesquisa, mas sim como processo de reflexão educativo e de luta pela autonomia nos espaços populares, apresenta-se, ainda, enquanto instrumento legítimo de abordagem metodológica que nasceu e serve aos interesses de tais sujeitos e espaços. Sendo assim, Moretti e Adams (2011, p. 456) situam que “a pesquisa participante é um método e uma metodologia originados no sul³”, sendo além de uma pesquisa um instrumento de mobilização social.

Carrilo (2010) coloca o contexto da década de 1980 como uma (re) descoberta de novos sujeitos em meio as várias realidades que se apresentavam – diversidades, movimentos -, não se restringindo apenas a visão de classe, estes sujeitos eram jovens, mulheres, grupos urbanos, emergindo assim a necessidade de se compreender esses grupos, pelos próprios grupos, pelas várias organizações e

³As *origens do Sul* partem de discussões pontuadas por Boaventura de Souza Santos e por outros teóricos ao tratarem do “olhar” para com as *epistemologias originárias do Sul* enquanto base de interpretação das possibilidades construídas nos países latino-americanos.



acadêmicos. Assim, Carrilo (2010) aponta tais inquietudes e em quais abordagens teóricas estas vinham imbricadas, contextualizando um percurso de marxistas, gramscianos, dentre outras que caracterizavam a esquerda da época.

Ainda hoje a ampla tomada dos estudos ligados das ações populares e da classe trabalhadora, são assumidos pelo viés da história, pela antropologia e outras correntes pedagógicas. E, foram a partir de tais abordagens que, as metodologias participativas ganharam mais forma e força. Ao mesmo tempo, passaram a ser construídas novas abordagens investigativas que viriam a dar respostas para as várias perguntas e assim construindo nossos conhecimentos e atestando a ação dos grupos populares, como era o caso da pesquisa participante, pesquisa-ação, e outras denominações dadas a tal forma de pesquisa.

Desta forma, e junto a este norte metodológico que surge relacionado aos espaços e sujeitos populares, que iremos dialogar, utilizando enquanto ferramenta a observação participante e o caderno de campo⁴. Esboçamos tal delineamento metodológico em função de comungar da perspectiva que tais experiências se constituem junto a contornos que precisam ser construídos em relação à ciência e a produção do conhecimento, em pleno diálogo: saber popular e saber ciência, sendo também essa simbiose a prática constante do processo de formação⁵.

No que concerne aos sujeitos, são jovens camponeses, educandos (as) e multiplicadores (as). A seleção destes jovens se deu pela lógica de contemplar as mais variadas dinâmicas presentes nos territórios os quais o curso abrangia. Sendo assim, contamos com a participação em representatividade de membros do Movimento Sem Terra (MST), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Dinâmica do Polo Sindical da Borborema, de comunidades quilombolas e jovens da agricultura familiar, ligados as associações rurais e/ou cooperativas. Vale destacar que tais dinâmicas foram de suma importância para a efetivação da proposta, onde seus

⁴O caderno de campo além de ser uma ferramenta utilizada neste processo, foi utilizado pelos próprios jovens do curso, como um diário, onde foi inserido todo o percurso da experiência, por meio de narrativas destes sujeitos.

⁵A formação no Residência Agrária Jovem comunga das premissas de produção do saber, do compartilhar os saberes, da construção coletiva enquanto prática local de cada jovem.



membros atuaram desde a construção do projeto, passando pela seleção até o apoio nos tempos formativos.

É neste contexto que tivemos de início a participação de trinta e quatro jovens, com faixa etária entre 17 e 29 anos. Porém, no decorrer do processo tivemos algumas desistências, fechando um grupo de vinte e oito jovens, os quais finalizaram todo o processo de formação. Vale destacar que contávamos desde o princípio com um contingente que foi formado em sua maioria por mulheres, visto que enquanto tínhamos doze homens, contávamos com vinte e duas mulheres⁶ no curso, quase o dobro.

O campo de estudo deste ensaio se materializa em vários territórios, considerando que os vários sujeitos que formam a turma 2015 do Residência Agrária Jovem⁷ estão presentes em vários espaços da Paraíba, como pode ser observado na distribuição apresentada na figura 1 (em anexo). Entretanto, consideramos que o curso nasce e se fortalece a partir das várias dinâmicas presentes no Território da Borborema.

Esta afirmativa se solidifica pela própria realização dos tempos formativos, sendo o Tempo Escola realizado parte no Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Teixeira, localizado na cidade de Lagoa Seca/ PB e outra parte na Universidade Federal da Paraíba, no Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias (CCHSA), Campus III, na cidade de Bananeiras/ PB. Estes espaços em si, dialogam e se fortalecem junto às dinâmicas do Território da Borborema, que por sua vez possui um contexto de luta, resistência e ressignificação de processos na atuação de várias frentes organizadas, ligadas aos movimentos sociais do campo.

3. O traçado da juventude no Residência Agrária jovem – Paraíba

O percurso formativo do Residência Agrária Jovem aconteceu em vários tempos e espaços. Por estar atrelado a Pedagogia da Alternância enquanto metodologia principal, este foi contemplado pelos

⁶ Esse contexto merece destaque, entretanto não entraremos nestas discussões em função do tempo/espaço insuficientes e do foco na apresentação da experiência em termos mais gerais.

⁷ Designação das turmas do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).



chamados Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC). O TE é caracterizado pela formação no âmbito das salas de aulas, nos espaços de formação mediada por educadores, processos de intercâmbio e etc., já o TC é caracterizado pelo retorno para as comunidades, assentamentos e/ou acampamentos onde os educandos vão desenvolver as habilidades trabalhadas no TE juntamente com a experiência cotidiana de cada sujeito e de suas dinâmicas coletivas.

O papel principal de contrapartida dos jovens que participaram destes processos era de se tornarem agentes mobilizadores de outros grupos, podendo ser de jovens, de crianças e/ou de adultos. Assim, o retorno para seus espaços partiria da ideia de que a ação do curso atingiria além dos participantes diretos, os sujeitos das comunidades que os educandos fazem parte, causando um efeito multiplicador junto à juventude. Antes de adentrar em alguns processos específicos, destacamos a abertura das atividades no dia 06 de abril de 2015 da primeira turma do Residência Agrária Jovem, no Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Teixeira, localizado na cidade de Lagoa Seca - PB.

O início das atividades contou com uma mística⁸ que teve a participação de alguns jovens e buscou elucidar os problemas enfrentados de permanência no campo e de consolidação da agricultura camponesa, via a representação pelo agronegócio, os meios de comunicação de massa, o consumismo exacerbado, os transgênicos, dentre outras simbologias. Em contrapartida a estes modelos foi enfatizado na mística a busca por uma vida digna no campo por meio das lutas dos camponeses. Assim, foram entoadas palavras de ordem, simbolizando a militância, a produção, a cultura e a soberania alimentar, finalizando a abertura do curso com uma grande ciranda.

Corroborando com estas palavras iniciais, Caldart et. al. (2013) apontam que:

(...) a mística é uma das ferramentas dessa sintonia com a conjuntura: a mensagem do início de cada dia é que estamos nos dispondo às tarefas de trabalho, de estudo, tendo presentes os acontecimentos que afetam nossa organização, a classe trabalhadora e os desafios que precisam ser assumidos no momento atual (CALDART et. al., 2013, p. 350).

⁸ A mística é uma simbologia que já faz parte das atividades dos movimentos sociais e todas as construções coletivas como eventos, seminários, assembléias e encontros contam em sua abertura com uma mística.



Assim, a mística de abertura trouxe em sua conjuntura mais do que simples simbologias, mas abordou em si o percurso que iríamos seguir no decorrer de todos os tempos de formação, que em si, não se dividiam, formando escolas-comunidades e comunidades-escolas.

O primeiro TE aconteceu no período de 6 a 11 de abril de 2015, e contou com a colaboração de vários educadores que, em seu conjunto, fazem parte desde dinâmicas nas instituições acadêmicas, como é o caso das universidades, bem como atuam nos movimentos sociais e na assistência técnica. Em síntese, todos os sujeitos que vem contribuindo com os espaços que promovem um permanente diálogo com a proposta da Educação em Agroecologia.

A Coordenação Político-Pedagógica (CPP), a partir de várias reuniões, que antecederam a formação, considerou que alguns conteúdos seriam de extrema importância para esse primeiro momento, dentre elas: Questão Agrária e Memória das Lutas Camponesas no Brasil; Zoneamento Ecológico e Econômico e; Sistemas de Produção. Além do teor “conteudista”, vale destacar a importância dos intercâmbios, das aulas práticas, das vídeo-aulas – documentários, filmes e curtas – que permearam a proposta da primeira formação. E, assim, se guiou nas formações subsequentes, onde tivemos a formação voltada para projetos, um aprofundamento na parte produtiva, nas áreas animal, vegetal e na agroindústria, dentre vários outros conteúdos que formaram o conjunto da grade curricular do curso.

Esta abordagem inicial é apenas para dar um guia interpretativo de como o processo foi se desenhando em termos pedagógicos. Entretanto, nosso foco aqui não é necessariamente o detalhamento da formação no TE, momento em que os educandos estavam presentes desenvolvendo atividades orientadas no espaço de formação, mas sim, pontuar o desenvolvimento de alguns dos projetos que foram desenvolvidos por estes jovens em seus contextos. É frente ao pensamento de uma educação para emancipação e uma formação para a edificação de um conhecimento construído na coletividade que se constituiu a formação dos vários projetos – desenvolvidos no TC na ação dos educandos, que como colocamos anteriormente, tomaram a proporção de multiplicadores em seus espaços.

Muitos destes projetos apontaram para o que foi trabalhado no TE, que por sua vez tratou de apresentar possibilidades pertinentes a lógica enfrentada e apontada pelos educandos. Os projetos



propostos pelos educandos traziam temas como o manejo da água; a construção de hortas e canteiros econômicos e; o manejo da caatinga; temáticas estas trabalhadas nas aulas práticas do TE. Entretanto, essas propostas foram adaptadas a cada realidade encontrada por eles, os quais seguiram a lógica da própria comunidade, ao implantarem ou fortaleceram propostas que já existiam e outras que estavam “adormecidas”.

Neste contexto foram desenvolvidos vários projetos no Tempo Comunidade, como o ponto de cultura, a construção de hortas educativas, de farmácia viva, a construção de praças recreativas, todas as atividades voltadas para a interação e trabalho junto com os membros da comunidade. Entretanto, a ideia era que os projetos desenvolvidos nas comunidades fossem construídos a partir da mobilização de outros jovens, mobilização esta que seria realizada pelos educandos do curso de extensão. Porém, esta foi uma das principais dificuldades encontradas nos projetos e relatadas pelos educandos.

Mesmo diante deste impasse, os educandos não o colocaram como problemática, visto que tivemos projetos, como o Ponto de Cultura no Assentamento Tiradentes, localizado na cidade de Mari/PB, onde um grupo de quatro educandos construíram um trabalho coletivo que mobilizou em média sessenta pessoas, em sua maioria crianças e adultos, para atividades e oficinas de capoeira, dança e música.

É perceptível, a partir da dificuldade de mobilização, compreender que os jovens estão deixando o campo. A falta de participação da juventude nos projetos comprovou tal questão. Valadares et. al. (2016) em estudos recentes situam que:

É verdade que a saída de jovens do meio rural faz parte de um movimento demográfico geral, reflexo do processo de urbanização de nossa sociedade. Entretanto, este deslocamento não pode ser interpretado como algo inexorável. O rural representa um modo particular de utilização do espaço e de vida social. A ideia de “fim do rural” ignora que esse espaço de vida singular, constituído historicamente a partir de dinâmicas sociais internas e externas, pode ser valorizado pelos jovens que ali residem. Esconde que parte significativa do êxodo rural não é intrínseca ao processo de urbanização, mas explicada pelo histórico de ausência do Estado no campo, pela dificuldade de acesso aos serviços e às políticas públicas, e principalmente pela dificuldade de acesso à terra e à renda – questões diretamente associadas à estrutura fundiária dominante no país (VALADARES et al., 2016, p. 60).



Esta discussão também pode ser visualizada em pesquisas realizadas por Castro et al. (2009) que já aborda em seu título um teor bem sugestivo: “Os jovens estão indo embora?”. Os autores nesta contribuição apontam para um panorama dessa juventude que vem deixando o campo, porém, pontuam que é uma realidade que começou a se redesenhar visto a efetiva participação dos movimentos sociais rurais desde os 2000, com foco na juventude. É diante deste contexto que consideramos que estamos relatando um processo que consolida a propositura: É preciso construir as condições que possibilitem a permanência dos jovens no campo! Entretanto, ainda é um passo incipiente no caminho para o fortalecimento das políticas voltadas à juventude camponesa, visto que diariamente vários jovens se deslocam para os grandes centros urbanos em busca de “melhores condições de vida”.

Retomando nossa ideia, apontaremos algumas iniciativas que constroem um campo no qual o jovem camponês ajuda a consolidar propostas pautadas na coletividade e cheias de possibilidades, como é o caso dos projetos desenvolvidos pelos educandos do curso. Os projetos desenvolvidos no TC foram construídos coletivamente, a partir do diálogo dos educandos com sua comunidade e da reflexão em torno de entender “o que nossa comunidade precisa?” e “o que a juventude de nossa comunidade quer? A partir daí houve o envolvimento e articulação dos que se disponibilizaram a participar e dos próprios educandos para a elaboração e implantação do projeto na comunidade.

Em suma, tivemos experiências gratificantes que se mantêm mesmo com o fim do projeto, como é o caso da horta no Assentamento Dona Antônia, localizado na cidade do Conde/ PB. Os jovens que conseguiram um terreno doado pela associação vendem os produtos na própria comunidade, na feira agroecológica e destina para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Não defendemos tais iniciativas como “salvadoras”, via a permanência do jovem no campo, mas sim, enquanto fortalecedora da autonomia destes sujeitos, invisibilizados e desconsiderados em muitos processos, passando, a partir de tais propostas, a serem vistos como possíveis “fazedores” de geração de renda, saberes e vida no campo. No que tange a geração de renda, ressaltamos a organização de hortas em suas mais variadas formas, nos quintais produtivos, em espaços coletivos na comunidade, em escolas, etc. As hortas foram consolidadas em espaços mobilizadores de conhecimento, recursos e trabalho capazes de oportunizar geração de renda aos jovens envolvidos.



Uma destas experiências foi na comunidade Serra da Jurema, localizada na cidade de Guarabira/PB. Nas visitas realizadas no Tempo Comunidade foi possível identificar mediante os relatos das educandas, o envolvimento desde os jovens até as crianças da comunidade e até mesmo de comunidades vizinhas.

A ideia nesse tempo agora é a construção de uma horta recreativa nessa outra comunidade e o trabalho com reciclagem, já foi conversado com a escola e aceito pela diretora. Estamos com um grupo com nove jovens, mais nós três e ainda as crianças da escola. As atividades vão ser realizadas junto ao Programa Mais Educação. Foi dividida as atividades de acordo com o tamanho de cada criança, construção dos leirões, plantio (...). Estamos com a produção de mudas com os jovens e as mudas estão sendo doadas aos próprios jovens, para promover a produção e estimular a propagação (Marlene, educanda, 2015, anotações pessoais do autor).

Nas visitas, percebemos que na propriedade elas já tinham realizado a construção de uma horta junto com o mesmo grupo, assim, elas enfatizam “que era para servir como um exemplo, para que os jovens aprendessem a fazer e pudessem replicar em suas casas. Essa é a ideia, pois fica difícil fazer em cada residência” (Ana Paula, educanda, 2015, anotações do autor).

As percepções do grupo de educandas da Serra da Jurema são embasadas pela mobilização enquanto princípio norteador, que por sua vez estão pautadas na concepção de sustentabilidade e educação. Quando estas jovens partem da lógica do ensinar as crianças, isso sendo realizado pelos próprios jovens, elas consolidam os processos de multiplicação e sociabilidade entre duas gerações. Consideramos que tais conexões apontam para o processo de apropriação situado nos escritos de Freire (1983), ao tratar a lógica que por muito vem de forma “ilógica na extensão rural”.

A mobilização que se transpõe via a construção e posteriormente para a consolidação da prática autônoma são as chaves na edificação do que as educandas procuram proporcionar nas ações desenvolvidas. Nesta perspectiva, Freire (1983) coloca que:

Por isto mesmo é que, no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas. Pelo contrário, aquele que é “enchido” por outro de conteúdos cuja inteligência não percebe; de conteúdos que contradizem a forma



própria de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende (FREIRA, 1983, p. 16).

Além de tais características, esse processo sugere o caráter orientado pela autonomia, estes, por sua vez possuem em sua gênese a concepção das práticas populares, dos grupos e dos movimentos que prezam pela geração de autonomia coletiva e individual. É nesta sintonia que se deve pensar em uma possível ressignificação de princípios e das ações, para com isso se constituir práticas emancipadoras em um âmbito plural, partindo da esfera micro para uma estrutura mais macro, que é o que vem sendo feito em tais projetos locais.

Foi possível identificar que a maior preocupação era em torno da dependência ao uso da água para o desenvolvimento das atividades produtivas, uma vez que a água é intrínseca a produção agrícola. Isso nos trouxe reflexões sobre a dependência hídrica, as tecnologias adaptadas e a ruptura de paradigmas para convivência contextualizada com as características edafoclimáticas territoriais.

Entretanto, a proposta desenvolvida pelos educandos como, por exemplo, a experiência dos jovens do Baixio, foi para além da horta, visto que os mesmos puderam identificar que tal proposta seria inviabilizada pelas impossibilidades locais, no que tange o acesso a água. Assim, este grupo desenvolveu atividades com o manejo da Palma Forrageira (*Opuntia ficus-indica*) enquanto cultura que vem dando subsídio para o desenvolvimento de processos exitosos na criação animal nas regiões semiáridas.

O projeto destes jovens teve como princípio a criação animal e a horta como atividade paralela no quintal produtivo. Nas atividades, realizaram plantio e manejo da palma forrageira e, ao mesmo tempo, realizaram intercâmbio com minicurso sobre cultivo agroecológico de palma forrageira na comunidade de uma outra educanda, residente em na comunidade de Corriboque, localizada na cidade Solânea/ PB.

Nesta experiência nota-se a questão da convivência com o Semiárido enquanto princípio que rege o processo, visto a inviabilidade na construção de outras propostas. Entretanto, percebe-se que os educandos adaptaram a atividade de acordo com a necessidade e que uma não inviabilizou a outra. Estas ações de jovens camponeses deságuam nas concepções apontadas por Araújo (2014) em suas



reflexões em torno do Semiárido, quando ela situa que tais construções congregam o caráter de resistência camponesa. De acordo com Araújo (2014):

Esse bioma semiárido, que tem um caráter *sui generis* pode ser considerado um território de resistência, devido às diferentes tentativas de sobrevivência das pessoas nos seus lugares, que historicamente têm buscado usos mais ajustados às suas condições ecológicas. Sem desconsiderar sua principal inspiração, que a natureza, tem experimentado diferentes formas de convivência, de sociabilidades, sendo do grupo camponês familiar, porém, sem perder uma das suas características mais marcantes que a resistência camponesa (ARAÚJO, 2014, p. 33).

Desta forma, percebemos que estes territórios, seja por sua amplitude ou por sua singularidade, vão dando vida ao cotidiano desses educandos. As experiências, sucintamente apresentadas aqui, esboçam o caráter no qual se pautou o Residência Agrária Jovem, que por meio da lógica de fuga do assistencialismo proporcionou o comunicar-se enveredando pela *práxis*, dentro das concepções de base freireana. Para além destas experiências aqui apresentadas, que contribuem para o fortalecimento da geração de renda e ocupação dos jovens no campo e para a ressignificação do território camponês pela juventude, o Projeto possibilitou ainda o contato com uma pedagogia da convivência e do respeito com o espaço camponês, dando-lhes a possibilidade de permanecer no campo.

4. Considerações finais

Consideramos que o Residência Agrária Jovem “Juventude Rural: fortalecendo a inclusão produtiva na Zona da Mata e Brejo paraibano” parte de uma proposta pedagógica que vem dando conta do respeito a construções e práticas dialógicas na concepção de uma extensão ressignificada. Desta forma, o curso e seus espaços formativos interagem e proporcionam um amplo diálogo de saberes, capilarizado nos cotidianos das práticas destes educandos e educandas, promovendo transformações significativas nos territórios locais ocupados por eles.

Esse processo pedagógico busca na prática consolidar um diálogo em meio a várias ciências, se posicionando junto a concepção de sujeito de direito, que se apresentam à sociedade por meio da



inserção nas políticas públicas, mas que vai se afirmando para além desta pontualidade. A consolidação de práticas, ações e saberes constituem-se como uma “liga” – na esfera local – entre conceitos da Educação Popular e da Agroecologia, que passam a ser apropriados nas várias possibilidades que vão se construindo e/ou se ressignificando pelos jovens presentes nestes territórios.

A estes jovens se configuram não a responsabilidade de “transformação social”, pois esta compete a humanidade como um todo, mas sim, a construção emancipatória, que por sua vez gera autonomia e o coloca perante a sociedade como sujeito de deveres, mas também um sujeito de direitos, que ocupa e constrói “seu” território e se sente parte daquele espaço, pois colaborou para sua construção

Referências

ALTIERI, M. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. 3ª edição. Rio de Janeiro: AS-PTA/FASE, 2001.

ARAUJO, A. M. R. B. *Educação do campo – campos de disputas: Um estudo de caso nas comunidades rurais de Ribeiro, Lagedo e Gameleira – Alagoa Nova/PB*. 2014 (Tese de Doutorado) - Universidade Federal da Paraíba-UFPB, João Pessoa, 2014.

CALDART, R. S. et al. *Escola em movimento no Instituto de Educação Josué de Castro*. Ed 1. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 448p.

CARRILLO, A. T. *Educación popular y producción de conocimiento*. In: Revista La Piragua, nº 32, p.8-25, CEAAL, 2010.

CASTRO, E. G. et al. *Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político*. Rio de Janeiro: MauadX ; Seropédica, RJ : EDUR, 2009.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 8º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MORETTI, C. Z. e ADAMS, T. *Pesquisa participativa e educação Popular: Epistemologias do Sul*. In: Educ. Real, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 447-463, maio/ago. 2011. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade, Acesso em 20 de janeiro de 2016.

VALDARES, A. A. et al. *Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada*. In: SILVA, E. R. A. e BOTELHO, R. U. Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas. Brasília: IPEA, 2016.